

**RESENHA: MEMÓRIAS DA  
PLANTAÇÃO: EPISÓDIOS DE  
RACISMO COTIDIANO**

*REVIEW: PLANTATION MEMORIES:  
EPISODES OF EVERYDAY RACISM*

*RESEÑA: MEMORIAS DE PLANTACIÓN:  
EPISODIOS DEL RACISMO DIARIO*

**ARNÓBIO RODRIGUES DE SOUSA JÚNIOR**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Ceará (IFCE) – Cratêus/CE.

E-mail: arnobiojr07@gmail.com

KILOMBA, Grada. **Memórias da  
plantação:** episódios de racismo  
cotidiano. Tradução de Jess Oliveira.  
Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Assim como Grada Kilomba, proponho iniciar a resenha a partir de uma breve reflexão sobre o poema exposto acima, pois:

Esses cinco versos curtos evocam de modo bastante habilidoso uma longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos mais lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes (p. 27).

Desse modo, a obra “Memórias da plantação” nos convida de imediato a reflexão para pensarmos sobre como o conhecimento e a ideia de sujeito enquanto um ser político, social, individual está intimamente relacionado a emergência de um horizonte político-discursivo centrado na retórica dominante branca, tornando inferior as identidades rotuladas politicamente como periféricas, subalternas e marginalizadas.

Para além dessa reflexão sociológica, o texto em si e o poema é convidativo a montar uma configuração de resistência frente as estruturas colonialistas de opressão além de chamar a reflexão para com o espaço educativo que estamos inseridos. As narrativas expostas em muitos espaços de convívio social se pautam majoritariamente a partir da linguagem do indivíduo branco, o qual centra suas narrativas como normas, excluindo a presença e vozes das identidades negras bem como outras identidades deslocadas numa compressão espaço-tempo.

Grada Kilomba é escritora negra, portuguesa e parte de uma escrita anticolonialista e antirracista com uma abordagem teórico-metodológica na psicanálise e em um viés fenomenológico. Sua obra foi publicada pela primeira vez em inglês em Berlim no final de 2008 no Festival Internacional de Literatura e se estruturou a partir de

sua tese de doutorado<sup>1</sup>. Infelizmente, “Memórias da Plantação” só veio ao Brasil 10 anos depois de ser lançada em Berlim como uma obra que tem como proposição central o combate ao racismo e seus deslocamentos diversos. Os apontamentos teórico-políticos discutidos na obra partem do cotidiano da autora, de inúmeras situações de racismo vivenciadas e das entrevistas não diretivas com base em narrativas biográficas de mulheres negras.

Para publicação da obra no Brasil, Grada Kilomba traz novos diálogos de formação ao anteceder os escritos da primeira versão traduzida para o português. Por meio de uma carta à edição brasileira, a autora discorre sobre alguns ajustes na linguagem, alterando o significado das palavras ao propor novas terminologias num sentido de uma epistemologia plural, de reconhecimento de uma identidade e linguagem invisibilizada historicamente e que perpassa as relações interpessoais de poder e violência, visto que ainda temos uma linguagem colonialista e excludente.

A título de exemplificação do ajuste de linguagem sobre as palavras, a autora se propõe a escrever algumas palavras com outras terminologias de modo que outras identidades sejam contempladas. Desse modo, a autora nos diz que:

Na minha escrita, uso o termo “escravizada/o”, e não escrava/o, porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto escrava/o descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas. No entanto, o termo aparece por vezes de forma figurativa; nesses casos, opto por escrevê-lo em itálico: escrava/o.” (p. 20).

---

<sup>1</sup> “Plantation Memories” é a tese de doutorado de Grada Kilomba obtida na Universidade de Berlim no ano de 2008.

Nessa perspectiva, é necessário e urgente o trabalho político de desconstrução linguística e a desconstrução de que o sujeito é um mero objeto, mas é preciso que nos reconheçamos enquanto sujeitos políticos, individuais e sociais. Para além disso, tem-se que considerar a dimensão cultural, pois a identidade do sujeito se forma a partir de uma produção simbólica e discursiva que se materializa mediante as relações com as diferentes culturas religiosas, étnicas, raciais, linguísticas e nacionais.

O debate proposto pela autora é multidisciplinar e caminha em direção ao combate de práticas racistas. Assim, as discussões teóricas estão além dos muros da universidade, visto que a obra conta com episódios de racismo cotidiano que se instrumentalizam numa ampla dimensão espacial, considerando-se os diversos lugares e espaços ocupados essencialmente pelas diversas geografias. Diante dos ajustes de linguagem, Grada Kilomba traz apontamentos de episódios de racismo diante do processo de seleção do doutorado na Alemanha. Fica claro o quanto os espaços de conhecimento – universidade, escola, etc - ainda são colonizados pela ideologia colonialista do sujeito branco, colocando o discurso destes como verdade absoluta além de fragmentar a identidade do sujeito negro e reduzir sua presença a funções tidas como inferiores.

Nesse sentido, a obra é pertinente ao discutir a categoria racismo enquanto um pressuposto político e discursivo. Grada Kilomba é brilhante ao fazer analogias do racismo cotidiano com as situações análogas de exploração do sistema plantation. A discussão teórica remonta-se a esse cenário colonialista, de dominação branca e que continua pautada nos trâmites do sistema escravista e desigual que ainda está presente implicitamente nas instituições que

trabalham em prol do capital. Na introdução da obra, a autora se coloca enquanto sujeito da própria história, deixando de ser objeto do outro e passando a ser narradora da própria realidade.

É nesse sentido que o texto em geral discute o racismo numa visão psicanalítica, objetivando combater essa prática política além de nos convidar a refletir e buscar entender que as identidades negras devem ser reconhecidas como sujeitos de sua própria história, reconhecendo-se sua vocação ontológica. Torna-se sujeito na medida que a dimensão social, individual, política e cultural é reconhecida. Para tal, é preciso combater as práticas racistas e superar as estruturas opressoras historicamente consolidadas. É explícito que o racismo é uma prática que nos leva ao passado colonial e se configura na sociedade de modo a traumatizar o sujeito. No entanto, é também uma prática discursiva que, em muitas circunstâncias, passa despercebida, pois atua no inconsciente do indivíduo. Há nesta perspectiva, um preconceito contra a origem geográfica e de lugar dos diversos sujeitos que se relacionam em diversos territórios, criando-se estereótipos sobre as identidades regionais.

O debate é indispensável para pensarmos em proposições de novos diálogos de formação sobre a paisagem cultural de gênero e do alinhamento teórico metodológico acerca das discussões decoloniais sobre o feminismo negro, a branquitude e os estudos em torno da psicanálise. É nesse sentido de discussão que a obra “Memórias da Plantação” está organizada teoricamente em quatorze capítulos abordando não só o racismo em sua plenitude mas também temáticas que transcendem os nossos espaços de vida. Para além de uma visão propedêutica e colonial, temos que perceber o debate como uma proposta de formação política.

Em seu primeiro capítulo, a autora traz o debate entorno da máscara enquanto um objeto de silenciamento das vozes negras, oprimidas. Desse modo, a máscara representa a política do amordaçamento do sujeito, tirando-lhe o direito de fala, tendo em vista que “ela simboliza a fala e a enunciação” (p. 33). Sem dúvidas, a máscara fez parte do projeto de colonização e continua como peça fundamental da política colonialista de dominação e de (neo)colonização no limiar do mais alto nível de desenvolvimento do capitalismo. É sabido que a máscara era utilizada para impedir que os escravizados não pudessem se alimentar da colheita enquanto trabalhavam, mas sobretudo para calar as vozes negras além de ser símbolo da política colonialista em sua essência. Assim, a máscara é uma forte simbologia da dominação colonialista sobre as identidades escravizadas. Com o objetivo de amordaçar e de excluir o sujeito do processo de vivência, a máscara tende a enaltecer que tudo pertence a identidade branca, colocando os negros em segunda ordem, subordinados a uma estrutura de dominação do sujeito branco. Conseqüentemente, há a imposição de rótulos políticos a esses sujeitos que não pertencem ao processo civilizatório sob a ótica da sociedade branca colonialista, bem como: bandido/a, violento/a, bárbaro/a.

Tais rótulos são projetados a esses indivíduos a partir da perspectiva de raça e de sua localização socioespacial, sujeitos situados em um território onde a sua formação histórica está assentada na manutenção da estrutura econômica e social do período colonial. Essa projeção sobre a identidade negra como inimigo, é incorporada em seus discursos ao passo que julgam o sujeito negro como ruim. Nesse sentido, o sujeito negro é colocado como “Outridade”, sendo oposto ao branco. As expressões que movem a

identidade negra não se encontram presente no imaginário branco. É visto que o racismo tende a desintegrar a identidade negra numa relação espaço-tempo além de aplicar o estigma de que os sujeitos negros são violentos e de não ter características físicas e genéticas para compor um processo civilizatório. Ainda, a autora é crítica ao levantar questionamentos sobre a utilização da máscara. “A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada?” (p. 41). As implicações reflexivas são oportunas para continuarmos na luta contra o processo de desumanização dos sujeitos negros que foram e são historicamente colonizados. É explícito que a retórica da identidade negra se articula no sentido da emancipação e na destruição do projeto colonial da supremacia branca, por isso, é silenciada.

É válido ressaltar que o racismo é estrutural, logo, se encontra também nas instituições. A autora traz apontamentos sobre essa vertente no capítulo dois ao discutir o quanto o racismo está enraizado no discurso hegemônico branco e perpetuado na academia como inquestionável do ponto de vista ideológico das vozes brancas que sinalizam poder absoluto. O capítulo dois intitulado “Quem pode falar?” nos mostra que as relações no campo acadêmico viabilizam as narrativas colonialistas, repressivas, colocando a fala da periferia em posição de marginalidade.

Mesmo diante de um espaço educativo de formação política, há a predominância da pedagogia conservadora com ressalvas aos ideais do patriarcalismo. Desse modo, o subalterno não pode falar, pois seu discurso não representa a emancipação política da classe dominante. O silenciamento das vozes oprimidas dar prosseguimento a romantização de que há uma articulação das vozes oprimidas no centro acadêmico. É necessário dar mais visibilidade a

esses grupos que tem muito a acrescentar com suas epistemologias de mundo. É visto que a autora argumenta que as vozes da identidade negra tem sido sistematicamente invisibilizada, desqualificada, ironizada.

Grada Kilomba aponta que ainda a academia é um espaço de violência, tendo em vista que as gramáticas das vozes oprimidas estão sendo colocadas constantemente em segundo plano, tirando seus discursos da centralidade e posicionando seus discursos nas margens. Infelizmente, o conhecimento é colonizado. A fala do sujeito branco é posicionada no centro e colocada como universal, objetiva, imparcial, enquanto o discurso do sujeito negro tem sido considerado como inválido.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a pesquisa da tese de doutorado da autora que resultou na produção do livro foi julgada como emocional, parcial, subjetiva sem sustentação teórico-científica para ser validada na academia e em outros espaços educativos. A epistemologia do conhecimento está alinhada à raça e gênero, duas categorias indispensáveis para pensarmos na construção do conhecimento e nos paradigmas que cerca o discurso racista. Vê-se que a epistemologia que representa a identidade negra é operada como menos inteligente. Há uma repressão para com a centralidade do discurso periférico. Os discursos marginais estão fora do lugar segundo a performance teórica que descreve naturalmente o discurso dominante branco como universal. Compreende-se o lugar como uma extensão do espaço, como resultado de experiências, vivências e relações de afetividade e não como um ponto físico-geográfico determinado, geograficamente localizado.

Partimos de lugares diferentes para descrever a nossa realidade enquanto sujeitos políticos, sociais, culturais e individuais.

Nessa lógica, é improvável que os discursos dos intelectuais negros represente a teoria academicista. Essas vozes não tem permissão para falar. “E quem tem permissão para produzir o conhecimento?” (p. 61). Essa implicação nos faz perceber que o corpo negro não é lido como um corpo acadêmico, mas incapaz de posicionar-se no centro. É um sujeito reconhecido como diferente. No entanto, o racismo objetiva aniquilar a diferença, haja vista que o racismo nega o direito a subjetividade. Urge, portanto, a descolonização do conhecimento. Como aponta a autora é essencial construir no campo acadêmico a epistemologia que transcende os espaços de vida das identidades rotuladas como minorias sociais. Nas perspectivas da autora, descolonizar o conhecimento significa fazer com que as histórias das identidades negras não sejam contadas pelas perspectivas do colonizador. É preciso que essa epistemologia esteja no centro. Está no centro retrata a oposição ao silêncio e a marginalidade imposto pelo racismo.

“O racismo é uma realidade violenta” (p. 71). É com essa afirmativa que Grada Kilomba inicia o terceiro capítulo. Neste capítulo, a autora traz a definição elucidativa de racismo enquanto uma categoria político-discursiva. De fato, o racismo perpassa os nossos espaços de vida, sustentando-se a partir da linguagem. Como define a autora, o racismo cotidiano se materializa no vocabulário, nos discursos, gestos, olhares, ações. Então, é notório que o racismo se constitui nas relações sociais. O racismo atua num amplo campo epistemológico, desprezando a identidade negra de modo a inviabilizar sua presença em muitos espaços, espelhando “a desimportância dos negros como sujeitos políticos” (p. 72). As experiências e lutas dessa identidade tem sido menosprezadas constantemente. Dessa maneira, o racismo tende a fragmentar a

identidade do sujeito que se faz, sobretudo, na dimensão política, social, cultural e individual.

O racismo atua de modo que os sujeitos brancos crie o próprio desenho dos sujeitos negros. Os discursos estéticos ainda são visibilizados por essa prática política. Por isso, vê-se a objetificação e o descaso diante da imagem do sujeito negro. Grada Kilomba aponta o racismo diante de três características, a hierarquia, a diferença e o preconceito. O racismo é também uma configuração entre o poder e o preconceito. Sabe-se que, o poder está intimamente ligado a instituição, as ações políticas, a representação política, educação, mídia entre outros mecanismos. É perceptível que o racismo é estrutural pois perpassa as estruturas sociais e políticas. Como destacado no início do texto, a discussão sobre o racismo nos convida a refletir sobre outras categorias de suma importância bem como o gênero.

O capítulo quatro nos apresenta o conceito de racismo genderizado. A autora traz situações de racismo vivenciadas no cotidiano. Para expressar objetivamente uma das situações, Grada Kilomba ao ir ao médico entre 12 e 13 anos foi questionada da seguinte forma: “você gostaria de limpar nossa casa” (p. 93). A pergunta foi feita pelo médico no fim da consulta, o qual pretendia que Grada fosse a uma viagem de férias com ele e a família com o objetivo de limpar a casa e realizar outras atividades domésticas. Sem dúvidas, a pergunta foi lançada porque a identidade negra foi vista como uma identidade inferior ao sujeito branco, vista como uma servente bem como pontua a autora.

Neste caso, é visto uma forte inversão de poder entre identidades. Além disso, há uma relação de gênero e que se relaciona a situação vivenciada. Além de negra era mulher o que expressa a

força do patriarcalismo enraizado nas estruturas opressoras fortemente consolidadas. “Esse caso revela como “raça” e “gênero” são inseparáveis. “Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separada da “raça” (p. 94). Portanto, o racismo gendenrizado está relacionado a opressão racial sofrida por mulheres negras a partir das estruturas racistas de papéis de gênero. Ainda neste capítulo a autora traz a discussão do racismo e sexismo como categorias semelhantes onde observa-se a partir desse debate o uso do senso comum através das diferenças entre o natural e o biológico. Por fim, a autora propõe a descolonização das mulheres negras, tendo em vista que “o uso do masculino genérico para designar humanidade reduz automaticamente a existência de mulheres à não existência” (p. 108).

Nesse limiar, os capítulos seguintes seguem debatendo a temática de forma mais restrita e pontual do tema propriamente dito e a partir das entrevistas realizadas às mulheres negras. O quinto capítulo intitulado de “Políticas Espaciais” revela o debate acerca da raça e da territorialidade. Fica claro o racismo mediante a proposição da incompatibilidade entre raça e nacionalidade, pois a negritude é incompatível com a nacionalidade alemã, assim pontua a visão reacionária do racismo. Aqui, tem-se o discurso da superioridade de raça, visto que há a defesa e o anacronismo de que negros não constitui a nacionalidade alemã. A autora apresenta situações concretas de racismo que nos mostra o quanto a ideia de superioridade de raça está pautada no imaginário colonial. A afirmativa “[...] mas você não pode ser alemã” (p. 115) revela a fantasia colonial presente nas mentes racistas. Outras situações apresentadas pela autora explicitam o racismo na sua dimensão estrutural. Sob a âncora da branquitude e de outras demarcações,

entende-se que o sujeito negro deve está nos territórios rotulados como periféricos e/ou marginalizados. Contudo, o território expressa várias conotações políticas, simbologias, relações de poder e de produção do espaço por meio do homem, logo, precisa ser valorizado e identificado como espaço de construções de ralações sociais tecidas no decorrer da história.

O sexto capítulo trata das “Políticas do Cabelo”. Sucintamente, o cabelo da identidade negra, sobretudo cabelos crespos e cacheados representam para os sujeitos brancos o símbolo da inferioridade, do primitivismo e da não-civilização. Situações como “com licença, como você lava seu cabelo?” (p. 123) explicita a fantasia colonial sobre os cabelos das identidades negras, subentendendo o cabelo como sujo. Essa prática racista traz à tona a ideia de selvageria e sujeira além de outros paradigmas que constitui a domesticação colonial sobre a política do cabelo. É preciso consciência política diante das narrativas da indústria cultural que forja subjetividades e normatividades, incluindo uma estética padronizada nos moldes da identidade do sujeito branco. Esse capítulo é oportuno para pensarmos no processo de produção da branquitude.

Já no sétimo capítulo, a autora aborda as “Políticas Sexuais”. O diálogo proposto nesse capítulo é convidativo a pensarmos sobre o patriarcalismo e sobre a fantasia da mulher negra enquanto corpo que tem a função de serem corpos sexuais e de reprodutores de sujeitos para o trabalho. Nas situações pautadas no texto, o discurso racista vê a mulher negra apenas como objeto de desejo e uso. O debate está proposto não somente na perspectiva das mulheres negras, mas também nas perspectivas do corpo negro masculino. Para além disso, há outras situações da vivência das entrevistadas

que revela outros apontamentos teóricos sobre essa categoria de discussão. O oitavo capítulo trata sobre a “Política da Pele” como uma projeção do discurso racista. O imaginário tóxico do sujeito branco não aceita o negro como uma identidade política, social, individual e cultural, mas apenas compreende a negritude no sentido negativo. Nesse sentido, o nono capítulo apresenta brevemente o jogo de palavras sobre a identidade negra.

Enquanto uma primeira palavra representa a estética positiva da identidade negra uma segunda mascara sua posição de marginalidade. A discussão nesse capítulo propõe discutir o sentido da palavra referida a identidade negra a sua situação concreta de opressão. Desse modo, as projeções sobre a pele negra não representam a dimensão da sociedade branca. A prática racista constitui-se também numa dimensão de exclusão socioespacial. Nesse sentido, a discussão do décimo capítulo é reveladora do quanto há o menosprezo e exclusão social dos espaços ocupados pelas identidades negras. Intitulado de “Segregação e Contágio racial”, o capítulo é explícito ao detalhar o quanto a lógica racista aponta para a necessidade do distanciamento físico entre as identidades, construindo fronteiras da discórdia entre territórios e espaços que se organizam politicamente.

A discussão do capítulo onze intitulado de “Performando a Negritude” é de extrema importância para percebermos que a identidade negra não representa a identidade branca. Desse modo, o negro não pode ser reconhecido quando se trata do intelecto. Essa visão racista de subordinação alimenta o ego do sujeito branco. A separação ou dissociação como coloca a autora de negritude e inteligência constitui a prática racista. É nesse sentido que a discussão está moldada nesse capítulo. A discussão do capítulo doze

traz amplos horizontes epistemológicos acerca do suicídio. Infelizmente, o imaginário racista destaca a mulher negra como forte, dura e como elucida a autora “supermulher de pele escura” (p. 182) colocando a mulher negra como forte o bastante para cometer suicídio. O suicídio cometido por identidades negras pode se dar de diversas formas, inclusive pela invisibilidade do sujeito negro na sociedade branca. É válido ressaltar que “o suicídio pode também emergir como um ato de tornar-se sujeito” (p. 189). É sobre essa perspectiva que o capítulo propõe a discussão no sentido de entender as práticas racistas e combatê-las.

É preciso problematizar o uso de algumas representações racistas que ocupam os espaços públicos e, sobretudo os espaços privados de dominação branca. É sobre esse ângulo que o capítulo treze intitulado de “Cura e Transformação” inicia a problematização do racismo. Uma categoria que torna a imagem da mulher negra como símbolo de decoração e de fantasia. Há nesse sentido uma projeção do cenário de escravização na medida que o sujeito branco expõe o desejo de obter uma imagem da mulher negra não só como objeto de decoração, mas também de pertencimento. Por fim, o capítulo quatorze intitulado de “Descolonizando o Eu” dar vivacidade novamente a todo o debate apresentado no livro com uma revisão teórica de alguns dos mais importantes debates colocados no decorrer do texto bem como a importância de entendermos o quanto o racismo nos leva a um trauma colonial.

Assim, a autora explora três categorias que representa o trauma dentro do racismo cotidiano, levando a um passado colonial, a saber: choque violento, separação e atemporalidade. Por conseguinte, é urgente cogitar em estratégias de descolonização. É preciso superar as práticas racistas, posicionar-se de maneira

antirracista, destituir as fantasias brancas e em geral destituir a ideologia colonialista na sua essência. Para além disso, Grada Kilomba traz outros apontamentos numa visão holística. O racismo está descrito de diversas formas. O racismo está narrado a partir de uma perspectiva colonialista de supremacia branca, por isso a autora finaliza seu texto com estratégias de descolonização.

O livro *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*, de Grada Kilomba pode ser encontrado no site eletrônico da Editora Cobogó, custando R\$ 48,00 reais. O livro pode ser encontrado também no site eletrônico da estante virtual, custando R\$ 39,00 reais. Para além dessas duas possibilidades, encontra-se o livro no site eletrônico da livraria florence, custando R\$ 48,00 reais e no site eletrônico da livraria da travessa, custando R\$ 41,00 reais.

### Referências bibliográficas

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Submetido em: 24 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 15 de setembro de 2020.

Aprovado em: 25 de setembro de 2020.

#### Como citar esta resenha:

SOUSA JÚNIOR, Arnóbio Rodrigues. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 970-984, jan.-jun./2020.